

PSR não vê ganhos significativos para consumidor com solução para concessões – 28/08/2009

Energia existente passará de R\$ 82/MWh para R\$ 117/MWh até 2015. Acende Brasil esclarece posicionamento sobre concessões

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Noticiario.asp?id=73503>

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

O governo afirma que a solução para o caso das concessões com vencimento previsto até 2015 vai obrigatoriamente captar vantagens para os consumidores. Mas o ganho não deve ser tão significativo quanto pensado. Isso porque a energia existente, cerca de 12 mil MW médios, vai ter um aumento de preço, indo de R\$ 82 por MWh para R\$ 117 por MWh. Além disso, a tarifa de energia será influenciada pela energia térmica contratada nos últimos leilões. Com isso, a tarifa da energia vai pular de R\$ 121 por MWh, atualmente, para R\$ 147 por MWh em 2015, ou seja uma alta de 22%.

Os dados são do caso base de um estudo da PSR Consultoria, que avaliou os impactos sobre as tarifas antes as soluções que envolvem a renovação ou a licitação das concessões. A partir desse caso, a PSR simulou três diferentes tendências. Em caso de licitação, a consultoria calculou qual seria o aumento da energia sobre o preço de referência caso os ativos fossem vendidos por uma máxima UBP, ou seja, com ágio. O impacto seria de R\$ 2 por MWh sobre os R\$ 147 por MWh, isto é, o custo da energia chegaria a R\$ 149 por MWh.

Se por outro lado, os ativos fosse vendidos pela tarifa mínima de energia, a redução seria de R\$ 7 por MWh, chegando a R\$ 140 por MWh. Isso porque a energia velha seria fixada em no máximo R\$ 70 por MWh, ficando no nível das usinas do rio Madeira. "Seria um vexame uma energia existente ser mais cara que a energia nova de Santo Antônio (RO, 3.150 MW) e Jirau (3.450 MW)", aponta Mario Veiga, sócio da PSR Consultoria.

A última alternativa seria a renovação pelo preço de custo da operação das usinas, que foi calculado em R\$ 40 por MWh. O valor engloba pessoal, Operação & Manutenção e encargos. "As pessoas acham que a operação é só o custo de O&M, que dá R\$ 2 por MWh. Além de pessoal e infra-estrutura, o grande peso são os encargos", disse. Com isso, a tarifa da energia chegaria a R\$ 138 por MWh.

Para Veiga, o impacto na tarifa final do consumidor será "relativo". O estudo foi apresentado no Fórum Abdib-CanalEnergia: Reversão de Ativos e Renovação de Concessões realizado esta semana em São Paulo.

Acende Brasil - O Instituto Acende Brasil esclareceu seu posicionamento sobre a renovação ou prorrogação das concessões apresentado no mesmo Fórum. Segundo o Instituto, o governo deve deixar claro os critérios de valor dos ativos a serem revertidos no eventual cenário de reversão. O Instituto acredita que deve-se fazer a reversão das concessões de geração que já tiveram a primeira prorrogação e seja licitada uma nova concessão.

Contudo, se for feita a prorrogação, deve-se optar pela alternativa da renovação onerosa. A melhor forma de definir o ônus, segundo o Instituto, seria a contestação por meio de licitação. Na área de distribuição, a opção mais adequada seria a renovação da concessão em virtude dos altos custos que uma reversão poderia ter. Para transmissão, o Acende Brasil defende a licitação para captura de vantagens para a modicidade tarifária.